

145

Ulysses diz que pacote é medida imprescindível

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, defendeu o novo pacote econômico como imprescindível para evitar um colapso em setores vitais do País, como a área energética. Ele informou que há uma inquietação nas bancadas do PMDB com as medidas tomadas pelo Governo em pleno ano eleitoral, mas ressaltou: "Seria impatriótico que, por preocupação com as eleições, se deixasse de tomar medidas indispensáveis para a Nação".

Em audiência com o presidente José Sarney e os ministros Dílson Funaro e João Sayad, Ulysses e o senador José Fragelli manifestaram, ontem, as apreensões dos políticos, especialmente com o compulsório a ser cobrado no preço da gasolina. Os ministros econômicos explicaram a sua necessidade para a economia do País, enquanto Sarney deixou claro que, do ponto de vista eleitoral, seria pior o fracasso do Plano Cruzado.

Antes de ir ao Planalto, Ulysses reuniu, em sua residência os economistas Luiz Gonzaga Beluzzo, João Manuel Cardoso e Luciano

Coutinho, o senador Severo Gomes e o ministro Celso Furtado, entre outros, para uma avaliação do pacote. Ficou convencido da sua necessidade, embora ainda receoso de sua repercussão eleitoral.

A despreocupação e até o alheamento dos políticos com o frenesi que tomou conta da área econômica do Governo nas últimas semanas acabou. Políticos do PMDB de todo o País buscaram nas últimas horas informações e manifestaram suas apreensões em telefonemas dados a Ulysses.

Desde terça-feira, Ulysses, que se encontrou com Sarney duas vezes nos últimos dois dias, tem procurado ao menos se informar do conteúdo do pacote, não chegando, contudo, a influenciar na mudança de qualquer das medidas elaboradas pela equipe econômica do Governo.

Protesto e entrevista

No final da tarde, Ulysses foi ao Aeroporto de Brasília esperar o senador Pedro Simon. O voo atrasou e o presidente da Câmara teve a oportunidade de sentir as primeiras reações contra o pacote. Um grupo

de pessoas que tentou, sem êxito, adquirir dólares na agência do Banco do Brasil, no Aeroporto, não escondia a sua revolta. Um estudante, Roberto Calixto Silva, que está indo fazer um curso de Turismo na Austrália e tentava desde as 15 horas comprar dólares, ao perceber a presença de Ulysses, foi pedir a sua intermediação.

Indignado, Roberto Calixto argumentou que medidas ainda não tomadas não poderiam estar em vigor, pois isto era ilegal, constitucional. Ulysses concordou, mas recusou o pedido para que fosse até a agência do Banco do Brasil determinar a venda de dólares.

No aeroporto, Ulysses seguiu para seu gabinete, onde finalmente deu uma entrevista sobre o novo pacote, afirmando não dispor de elementos para saber como será a reação das bancadas do PMDB. "mas os que me telefonaram queriam informações e estavam naturalmente inquietos".

— Fui ao presidente Sarney, que recebeu a mim e ao senador José Fragelli, junto com os ministros

Funaro, Sayad e Brossard. Lá, me disseram que não se trata de uma correção do Plano Cruzado, mas, na verdade, de sua confirmação. As medidas são necessárias para que o Plano de Estabilidade Econômica prevaleça. Foi dito também que a finalidade do plano é angariar recursos na área financeira, onde o Governo está muito desamparado. O setor de energia elétrica ameaçando racionamento; o setor de aço com empréstimos em dólares criando sérios problemas. Em suma, a perspectiva de um colapso em setores vitais do País.

Ulysses fez questão de esclarecer que o compulsório da gasolina não se trata de imposto, "mas sim de uma cederneta de poupança, do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que, transcorrido o prazo, será devolvido com todas as vantagens da poupança".

O presidente da Câmara declarou também que o PMDB é contra a aprovação do decreto-lei por decurso de prazo: "A matéria deve ser discutida e votada no Congresso Nacional".

148